

Seminário Internacional

Desenvolvimento sustentável e territórios rurais: que desafios para a ação pública?

Développement durable et territoires ruraux : quels défis pour l'action publique ?

22-25 septembre 2009
Campina Grande (PB) - Brésil

Mesa redonda 4: Os dispositivos de apoio a produção / Les dispositifs d'appui à la production

Dispositivos coletivos de apoio a produção e dinâmicas territoriais ¹

Eric Sabourin - CIRAD, ES, UR Arena

Resumo: No Brasil, vários coletivos dos agricultores, mais ou menos institucionalizados e cujo objetivo principal é o apoio a produção individual ou familiar, assumem funções de interesse geral (geração e socialização de tecnologia, informação, formação...), na base de prestações fundadas na cooperação e na reciprocidade (ajuda mútua, compartilhamento de recursos). Esses dispositivos coletivos e institucionais asseguram o manejo de recursos naturais comuns (água, terra, pastos, floresta) ou a produção de bens públicos locais (biodiversidade, conhecimentos, inovação, acesso a mercados,...). A comunicação analisa as características de algumas dessas experiências e examina a sua contribuição real ou potencial para a formulação de instrumentos de desenvolvimento rural mais adaptados.

Dispositifs collectifs d'appui à la production et dynamiques territoriales

Résumé: Au Brésil, divers collectifs d'agriculteurs, plus ou moins institutionnalisés et dont l'objectif principal est l'appui à la production individuelle ou familiale, assure des fonctions d'intérêt général (production et socialisation d'innovations, information, formation...) à partir de prestations fondées sur la coopération et la réciprocité (entraide, partage de ressources). Ces dispositifs collectifs et institutionnels sont surtout fréquents pour la gestion des ressources naturelles communes (eau, terres, pâturages, forêts) ou pour la production de biens publics locaux (biodiversité, connaissances, innovations, accès aux marchés...). La communication analyse les caractéristiques de quelques expériences et examine leur contribution réelle ou potentielle à la formulation d'instruments de politiques de développement rural plus adaptés.

¹ "Este sub capítulo utiliza resultados do Projeto "Diálogos" parceria entre CDS/UnB, CIRAD, ICV, IPAM e WWF-Brasil, financiado pela União Européia. Seu objetivo é apoiar o diálogo entre os atores da sociedade, setores público e privado, tendo em vista a construção e Implementação de políticas que visem a sustentabilidade social, econômica e ambiental na área de influencia da BR-163, na Amazônia brasileira"

Dispositivos coletivos de apoio a produção e dinâmicas territoriais

Introdução

Para justificar a política de desenvolvimento rural territorial, invoca-se amplamente a ação coletiva e a organização dos agricultores familiares, no que tange à eficiência ou ao manejo descentralizado de recursos escassos. O reconhecimento público da legitimidade ou da eficácia das organizações de agricultores, bem como a implantação de mecanismos de interação entre ação do Estado e ação coletiva dos rurais, constitui sem dúvidas um progresso notável (Abramovay, 2002; Sabourin *et al.*, 2005; Sabourin, 2007a). Em contrapartida, muitas vezes, as mesmas organizações são mobilizadas para justificar políticas ou projetos "participativos" nos quais, na verdade, elas têm pouco ou nenhum poder de decisão e sim responsabilidades em termos de execução, de gestão ou de administração, substituindo o Estado e seus serviços.

Já defendi, junto com outros autores, que este é um caminho favorável, de médio ou longo prazo, para fortalecer capacidades de governança ou de sustentabilidade institucional das populações rurais: representação, aprendizagem, autonomia e capacidade de gestão (Sabourin, 2002; Schneider *et al.*, 2003). Hoje, considero que o reconhecimento público das iniciativas de gestão ou de produção de bens comuns pelos grupos de agricultores abre novas perspectivas. Com ele, é possível fundar, a partir de práticas locais, por um lado, mecanismos de co-construção de instrumentos de políticas públicas e por outro lado, uma alternativa de política de multifuncionalidade para os países do Sul.

Os resultados de pesquisas anteriores no Nordeste (Sabourin, 2003; 2008) evidenciaram a existência de grupos de agricultores assegurando gratuitamente, mas por necessidade, funções de criação ou manejo de recursos comuns (biodiversidade, água, pastos, floresta) junto à sua função principal de produção agropecuária (bancos de sementes, fundos de pasto, reservas coletivas de água)

Estes dispositivos estão fundados em relações de reciprocidade (ajuda mútua, cooperação e compartilhamento de recursos) e têm mostrado uma capacidade de negociação do seu reconhecimento e apoio pelos poderes públicos.

Esse artigo coloca duas questões: Será que essas características podem ser encontradas em outros dispositivos de produção de bens comuns ou públicos gerenciados pelos agricultores familiares (além da apropriação e do manejo de recursos naturais) ? e como essas experiências podem ser mobilizadas ou valorizadas para a renovação de políticas públicas ?

Apóio-me nos resultados do estudo “Contribuição dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares à renovação de instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural” (UnB-Sol, CNPq, Cirad, Embrapa Cerrados - 2005-2008). Os objetivos desse projeto eram duplos: i) estudar a viabilidade, as condições de fortalecimento e de institucionalização dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares geradores de bens comuns e públicos; ii) caracterizar a sua interação com políticas públicas e contribuição para a renovação de instrumentos de desenvolvimento rural

1. Contexto político, teórico-metodológico e institucional

1.1. A evolução das estratégias e políticas de desenvolvimento rural

A abordagem do desenvolvimento rural tem passado nos últimos anos por varias mutações propiciando interações entre a ação coletiva dos rurais e a ação pública do Estado. Quatro tendências tem se sucedido para qualificar essas estratégias.

- Local: certas políticas de desenvolvimento passaram a ser descentralizadas, mediante projetos endógenos, baseados na valorização dos recursos, das competências locais, das relações de proximidade e dos valores sociais. Hoje quais são as referencias em termos de governança local do manejo de recursos naturais? (Ostrom, 2005, 2008)

- Sustentável: o tripé viabilidade econômica, equidade social, responsabilidade ambiental foi universalmente aceito e popularizado, mas como implementá-lo ? (Mormont, 1996, 2000, Bartra, 2000,). A imposição pública de normas internacionais tem limites e custos elevados, a remuneração individual de serviços (ambientais, sociais) também e a terceirização e mercantilização desses serviços ainda mais !!!

- Territorial: o desenvolvimento deve ser acionado a partir de uma abordagem global, integrando diversos setores e categorias de atores, articulando escalas territoriais e níveis de decisão. Mas, nos países do Sul, o apoio específico aos atributos territoriais só poderá funcionar quando os ativos de base (educação, saúde, infra-estruturas básicas) serão assegurados (Pecqueur, Sabourin, 2007b)

- Multifuncional: a valorização das funções não mercantis (ambientais, sociais, ou econômicas) associadas a produção agropecuária oferece uma estratégia operacional para o desenvolvimentos sustentável dos territórios rurais. Mas os países da EU mostraram os limites da remuneração individual das externalidades positivas (OCDE, 2001; Groupe Polanyi, 2008)

1.2. Referências teóricas e metodológicas

Os grupos de agricultores estudados não têm todos uma existência jurídica ou legal (associação, cooperativa), muitos sendo informais (comunidade rural, grupo sem estatuto). Por tanto, proponho usar o termo genérico de dispositivos coletivos e institucionais, definidos por Mormont (1996) como “arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos numa perspectiva de regulamentação”.

Vários autores têm observado tais dispositivos institucionais cuja existência e reprodução está fundada em relações sociais e regras destinadas a produzir e manejar bens comuns. Elinor Ostrom e seus colaboradores (1990, 1998, 2003, 2005) trazem uma análise aprofundada sobre a governança dos comuns a partir da correlação de amplas observações empíricas. Para Ostrom (1992), a regulação da ação coletiva no manejo de bens comuns passa pela delegação de poder e de responsabilidades, pela aprendizagem e pela capacidade de elaboração de novas regras, que ela associa ao capital social dos grupos de usuários (1994, 2005). Ela identifica atributos chaves desses grupos, em particular aqueles que constituem o coração da cooperação: a confiança, a reputação e a reciprocidade. Em realidade essas características correspondem a valores afetivos e éticos. Mas, para Ostrom, esses valores são considerados como constituídos, não explica como foram atribuídos. Procura até uma explicação da origem da confiança e da cooperação na sócio-biologia (Ostrom, 2003).

De fato, a maioria dos teóricos do capital social (Bourdieu, Putnam e da economia social evoca esses valores éticos para explicar os comportamentos cívicos, solidários ou de cooperação, mas tampouco dizem de onde vêm.

A economia da dádiva/reciprocidade redescoberta por Mauss (1924) nas civilizações indígenas remete aos valores das tradições (Castoriadis, 1996) e a valores cívicos diversamente presentes em cada indivíduo (Caillé, 2001, 2008).

A economia solidaria resgata os aportes de Polanyi (1957) e considera que as transações econômicas estão inseridas nos códigos e nas representações sociais (Laville, 2004). Quer dizer as relações econômicas estão inseridas em valores humanos, mas tampouco se explica como são produzidos esses valores.

Portes (1998) é um dos poucos autores a criticar os limites da noção de capital social e a procurar a sua origem. Ele a encontra em diversas categorias de relações de reciprocidade.

De fato, segundo a teoria da reciprocidade (Temple, 1998, 2003), os valores humanos afetivos e éticos presentes neste tipo de situação de cooperação e de compartilhamento são produzidos junto com os valores materiais, precisamente por relações de reciprocidade simétrica.

Ostrom propõe analisar de um lado a construção social de instituições locais adaptadas para o manejo de Recursos em Propriedade Comum (CPR) num marco de escolha racional coletiva e por outro lado coloca a norma de reciprocidade no coração desses dispositivos. A aproximação entre a teoria da escolha racional (RAT) e aquela dos custos de transação (North, 1976 ; Williamson, 1979) constitui uma abordagem utilitarista redutora da questão do manejo de recursos naturais comuns. A razão da escolha das comunidades rurais pelo manejo compartilhado de recursos de maneira « interdependente » deve ser procurada também na preocupação por um sistema ético que vem informar o econômico e que não se encontra numa teoria como a RAT ou os custos de transação. Minha hipótese é que os processos de ação coletiva são re-generados pela expectativa da produção de valores humanos pela relação de compartilhamento (confiança,), de comportamento cidadão (equidade, justiça responsabilidade) ou de preservação do patrimônio.

1.3. Os novos dispositivos estudados

Foram acompanhados durante três anos três tipos de dispositivos coletivos (cursos experimentais para jovens agricultores, grupos de experimentação de inovação técnica e grupos de acesso ao mercado) em duas regiões do país: Nordeste semi-árido e Centro-oeste.

- **no Centro Oeste (Minas Gerais)** são grupos de agricultores de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultura familiar em Unai -MG

- Curso de Alternância para jovens da Reforma agrária (UnB, Escola técnica agrícola de Unai)

- Corpo de ATER do STR de Unai (grupo informal e cooperativas) e grupos de experimentação técnica

- Coletivos de comercialização de produtos (tanques de leite, processamento de pequi e baru).

- **no Nordeste (Paraíba)** são iniciativas dos agricultores nos territórios do Cariri e Agreste da Borborema organizados mediante associações, STR e pólos sindicais

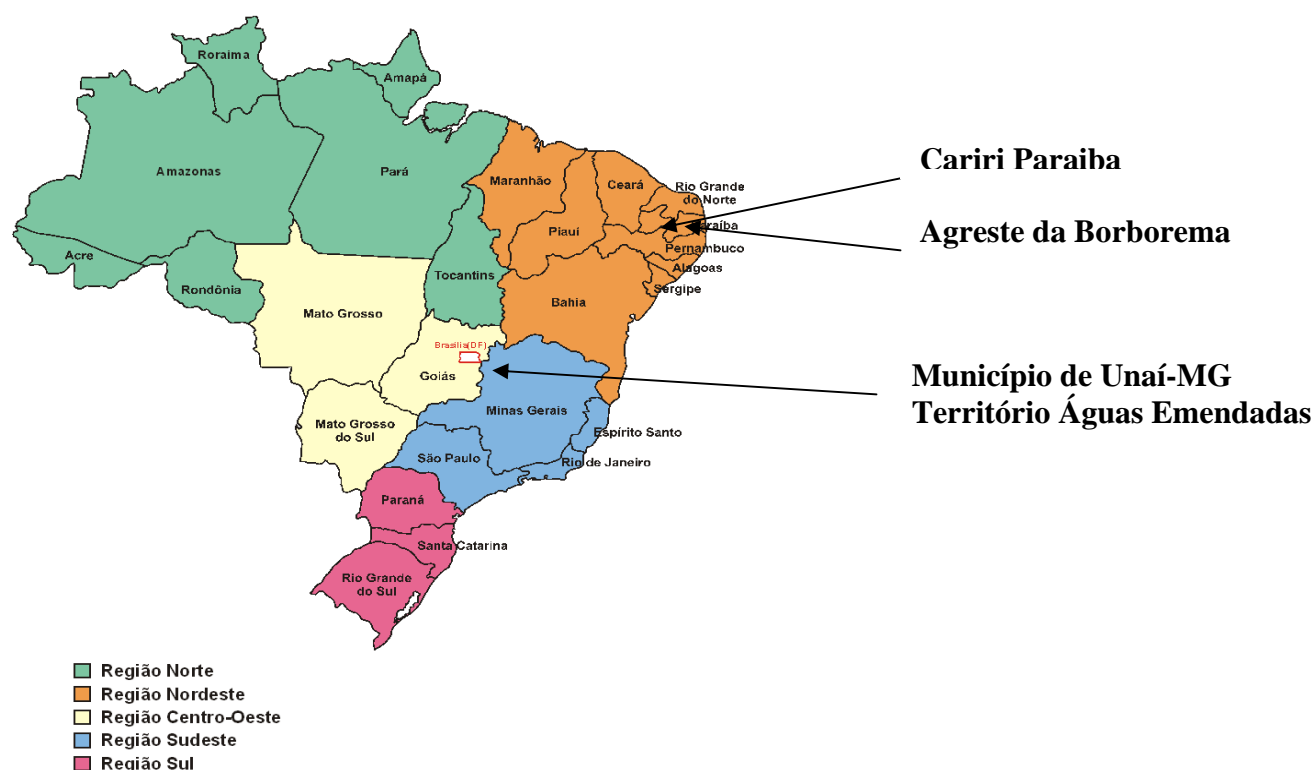
- Universidade Camponesa de Sumé, Unicampo (Ufeg, Mda, Cirad, Escola Téc de Sumé),

- Rede e grupos de agricultores experimentadores da Borborema (Pólo Sindical, As-pta),

- Feiras agro-ecológicas de Lagoa Seca, Massaranduba e Campina Grande (Pólo Sindical B);

- Fundos rotativos (cisternas, experimentos, plantios)

Figura 1. Localização dos dispositivos acompanhados



Características comuns desses dispositivos coletivos

Foram implantados pelos agricultores para apoio a produção agrícola familiar em termos de acesso à informação, inovação, capacitação e inserção nos mercados. Neste sentido são necessários para o processo de produção ou comercialização dos produtos desses agricultores. Porém, os agricultores asseguram essas atividades de maneira gratuita, mediante a ajuda mútua entre as famílias participando desses grupos.

De fato, esses dispositivos asseguram também funções de interesse geral ou comum

- **manejo de recursos comuns**: reservas ambientais dos PA, equipamentos coletivos (tanques de leite, máquina quebradeira de baru, plantadeiras de tração animal, etc)
- **acesso aos mercados**: grupos de tanque de leite, de processamento de baru e pequi, feiras agro-ecológicas e cooperativas
- **produção e socialização de bens públicos locais**:
 - inovação e referências técnicas: grupos e redes de experimentação
 - conhecimentos: Unicampo, Curso de Alternância Unaí, Efas, rede de A-Experim.
 - qualificação e certificação dos produtos: feiras agro-ecológicas PB

Pode-se considerar que produzem, portanto gratuitamente (ou quase):

- ***bens públicos locais*** que são de acesso livre, como: conhecimento, informação, inovação, referências técnicas, etc. (Ostrom e Ostrom, 1978)
- ***bens comuns*** que são sujeitos a direitos de uso ou de acesso, como taxa da associação ou cota parte da cooperativa: acesso equipamentos, mercados, qualificação, certificação, material vegetal, etc. (Ostrom, 1990).

Tabela 1. Tipologia dos dispositivos coletivos de agricultores familiares estudados

	Escala local municipal	Escala micro- regional/territorial	Escala Estadual
Bens públicos locais			Lei dos Bancos de sementes da PB
Educação – capacitação		Unicampo, Curso alter. Unai,	
Inovação técnica	GI Experim Unai Ater STR Unai Grupos A-E PB	Rede AE Borborema Fundos rotativos	Rede dos BSC da PB
Bens comuns	Manejo recursos naturais (água, fundos pasto)	Territórios Rurais MDA	
Acesso mercado	Grupos Pequ e Baru Unai	Feiras AE PB	
Qualificação certificação produtos	Feiras Agroecológicas	Feiras e rede A-E na PB	Rede das Feiras PB

Dispositivos de manejo de recursos naturais estudados em 2003-2005

Dispositivos acompanhados entre 2005 e 2008

1. 2. Dois exemplos de dispositivos recentes

Os mercados agroecológicos na Paraíba

Os mercados de produtos agroecológico² integram a estratégia do Pólo sindical da Borborema de aumentar a autonomia dos agricultores familiares, incentivando-os a reduzir o uso de insumos químicos e a diversificar as alternativas de comercialização (Kilcher, 2004). Os casos de intoxicação por uso de pesticidas são frequentes; mas o verdadeiro desencadeador foi o aumento do número de agricultores que praticam a agroecologia, em decorrência da atuação da AS-PTA na região. Realizado inicialmente a título experimental, por ocasião das festas de final de ano em 2001, o mercado agroecológico de Lagoa Seca se tornou permanente. Esta

² Mercados de venda direta de produtos da agroecologia (forma de agricultura ecológica com base orgânica, sem insumos químicos) pelos agricultores familiares.

iniciativa levou um grupo de agricultores a se estruturar, criando uma associação e adotando regras e normas de estratégia comercial: uniformidade dos stands e controle dos produtos para garantir sua qualidade e origem. Por fim, este mercado obteve um reconhecimento dos poderes públicos no plano federal, através da negociação das modalidades de investimento do PRONAF/Infra-Estrutura.

Box 1. Qualidade dos produtos agroecológicos e certificação do grupo

A certificação dos produtos é garantida por comissões de agricultores designados pela associação dos produtores agroecológicos; estas visitam cada produtor com regularidade e conferem o processo de cultivo, o itinerário técnico e a natureza dos insumos utilizados. Cada agricultor pode se ver na posição ora do avaliador, ora do avaliado; por isso, os riscos de fraude são bem limitados, já que o interesse primordial consiste em manter uma clientela ainda frágil, ou seja, não mentir sobre a qualidade. Como diz Temple (2003b), o controle da qualidade se torna inerente à estrutura de produção se esta se vê repositada em um sistema de reciprocidade.

De fato, este sistema de certificação mútua (ou recíproca) tem por vantagem de ser gratuito, não aumentar o custo de produção e não tornar os agricultores dependentes de organismos de certificação. Portanto, tão logo estes mercados camponeses começaram a se organizar, os serviços de extensão agrícola da Paraíba organizaram a concorrência. Do seu lado, promoveram mercados semanais dos produtores (não ecológicos, mas certificados como "produtos da agricultura familiar") nas universidades de Campina Grande.

Existe um debate entre os agricultores sobre a estratégia mais relevante de diferenciação destinada aos consumidores: será preciso criar mercados especializados ou devem se dar os meios para que os consumidores possam identificar mais facilmente seus produtos no âmbito dos mercados tradicionais?

Para poder adotar a segunda opção, um apoio dos poderes públicos, mesmo mínimo, seria interessante. No caso da feira de Campina Grande, o apoio público facilitou o financiamento de stands homogêneos de fácil identificação e garantiu um espaço diferenciado no âmbito dos mercados locais. Estes mercados funcionam graças ao envolvimento de algumas famílias que cuidam do cumprimento das regras. Os demais participantes, menos convictos, fazem mostra de oportunismo. Seu interesse pela agroecologia depende muito mais do surgimento de uma demanda por parte dos consumidores e de ter acesso a uma forma de comercialização que remunere melhor seu trabalho do que a venda para atacadistas. Os mercados agroecológicos não apareceram simplesmente como resposta a uma transformação das práticas ou a um incentivo por organismos de apoio: a condição de seu sucesso se deve a sua resposta qualificada e perene, ou seja, coletiva e institucionalizada, para uma demanda por produtos de qualidade e sem pesticidas.

Em seguida, o Pólo Sindical da Borborema (PSB) negociou a implantação de um mercado agroecológico com a prefeitura municipal de Campina Grande. No âmbito deste pólo urbano regional, este mercado possui valor de "vitrine". Incentiva a participação dos agricultores convertidos à agroecologia que não são bastante numerosos em seu município, para constituir um mercado diferenciado. Isto serve de modelo para a ampliação, em escala regional, de um sistema de comercialização direta dos produtos orgânicos.

Com a iniciativa do PSB, foi possível construir uma associação regional de agricultores agroecológicos e estruturar um processo de certificação da qualidade (Box 1).

Como indicado adiante, esta dinâmica econômica e mercantil relançou a atividade dos grupos de A-E que passaram a testar novas espécies, variedades e processos, para satisfazer os clientes, para melhorar a qualidade dos produtos e reduzir os custos. Uma articulação na escala do Estado da Paraíba garante uma colaboração com as associações equivalentes de

agricultores e mercados agroecológicos do litoral, do Sertão e dos Estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Esta experiência mostra o interesse de um apoio produtivo (e de um suporte econômico e financeiro de tipo crédito, mercado, etc.) para manter e desenvolver a agricultura camponesa e familiar. De fato, existe no Brasil, em particular no Nordeste, uma tendência em reduzir as políticas de apoio à agricultura familiar a medidas de assistência social (aposentadorias, bolsas, etc.). Por outra parte, esta deriva é associada a medidas que acabam tornando os agricultores pobres e pouco monetarizados cada vez mais dependentes do mercado de troca capitalista. Com isto, sua integração ao mercado capitalista se opera cada vez mais como consumidor e não tanto como produtor.

A atualização de relações de reciprocidade em novos dispositivos

É também possível consolidar as práticas e iniciativas das comunidades rurais que visam produzir e compartilhar saberes quando novas relações de reciprocidade são estabelecidas com atores externos por meio da criação de dispositivos de interação *ad hoc*. No caso da Unicampo e do curso de alternância de Unai, esta interação se deu entre organizações camponesas e poderes públicos.

Os beneficiários da Universidade camponesa da Paraíba (agricultores das comunidades e dos projetos de reforma agrária do Cariri) associam o sucesso desta formação coletiva à qualidade da aprendizagem (individual e institucional) e à produção de valores como a confiança, partindo-se de relações de dádiva e de compartilhamento de saberes (Coudel e Sabourin, 2005). Em Unai, o ponto era vencer os complexos ou a desconfiança associados ao estatuto de sem-terra, muitas vezes estigmatizado inclusive pelas outras categorias de agricultores familiares ou de assalariados agrícolas.

Foi possível construir o sentimento de confiança, produzido na medida em que a metodologia da formação instituiu uma relação humana aberta, envolvendo respeito e humildade entre formadores e formandos. Não é mais tanto a questão de produzir ou transmitir conhecimentos e sim de criar as condições para a aprendizagem, o que supõe restaurar a dignidade e a palavra para os camponeses em formação. Na Unicampo, são compartilhados saberes, opiniões, conscientizações mútuas, mas também, práticas: exercícios pedagógicos, visitas de estudo, trabalhos manuais e artísticos (Tonneau e Sabourin, 2004).

Os alunos explicam a eficácia das aprendizagens pela importância dada:

- ao *respeito do outro* (aluno ou professor), à *capacidade de escuta, que produz a confiança no âmbito do grupo*;
- às *relações de reciprocidade* com outros profissionais ou atores sociais e técnicos (agricultores, artesões, poetas, artistas,...);
- à *prática coletiva do trabalho manual no curso de artes plásticas, inclusive para os professores*, iniciativa que criou relações horizontais entre alunos e professores.

Assim, as aprendizagens mais notórias estão associadas a relações que também produzem valores humanos e sentimentos importantes: confiança (em si e nos outros), respeito mútuo e reconhecimento do outro, sentimento de justiça (a noção essencial do direito e do dever *de "tomar" ou de "dar" a palavra*); e por fim, responsabilidade (para com os parceiros da

formação e para com a comunidade ou organização de origem). Estes valores éticos são produzidos por relações estruturadas de reciprocidade simétrica (Temple, 1998).

- O respeito, o reconhecimento e a amizade são produzidos pelo "cara a cara" da relação de *reciprocidade binária simétrica*.

- A confiança coletiva é produzida pelas relações estruturadas de *compartilhamento* no âmbito do grupo: compartilhamento de saberes, aprendizagens mútuas ou cruzadas, compartilhamentos de responsabilidades e solidariedade;

Assim, os participantes da Unicampo e de Unai criaram um espaço e modalidades para continuar a compartilhar saberes, regras e técnicas aprendidas e, conscientemente ou não, para reproduzir os valores comuns compartilhados, como nas sessões de formação de Sumé. Foi até a despeito da equipe pedagógica, no caso do projeto Unicampo, onde não se tratava mesmo de ministrar esta base de ensinamentos. Mas ainda que tenha sido apenas um epifenômeno, daqui em diante esta nova base de aprendizagem, oferece e permite renovar as perspectivas das formações de agricultores.

Os participantes dos cursos da Unicampo e de Unai organizaram uma ampliação das relações de reciprocidade produtiva e de redistribuição/aprendizagem de saberes e valores. Isto representa todo o contrário da reclusão sobre si - próprio, do isolamento (autarcia e dependência) que caracteriza as formas de alienação que são, em geral, associadas às sociedades camponesas (Mendras, 1976). Com a valorização e recuperação de suas raízes camponesas, antes desprezadas ou ocultas, foi possível construir uma relação de reciprocidade na aprendizagem que produza um valor coletivo de dignidade e prestígio. A institucionalização deste tipo de relação, sua reprodução ou sua ampliação pode contribuir para criar e fortalecer uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral. Para os agricultores, ela constitui também uma condição potencial de valorização dos recursos materiais, éticos e espirituais (ou simbólicos) de seu território local ou regional.

Os alunos de Unai enfatizam a produção dos valores de amizade, confiança e equidade nascidas do compartilhamento – na ação – de situações comuns: os transportes rústicos a partir dos assentamentos, a condição de interno na Escola de Unai, os trabalhos de manutenção na fazenda da Escola para beneficiar de uma bolsa, os estágios coletivos, a constituição da cooperativa de antigos alunos e a busca por primeiros contratos.

Observa-se o mesmo fenômeno entre os docentes da escola; seu público tradicional é formado por filhos de grandes proprietários, que consideram os agricultores sem-terra como inimigos de classe e ladrões. Porém, ocorreu um grande reconhecimento entre os jovens provenientes destes dois meios e, em seguida, entre seus respectivos educadores. Os professores dos cursos clássicos foram voluntários para assumir as vacâncias da formação por alternância. Esta aproximação entre ensino agrícola e pesquisa-desenvolvimento renovou também os horizontes e os métodos da Escola de Unai e contribuiu para lhe garantir apoios financeiros e logísticos. Isto dito, a tarefa é imensa; não se trata de formar apenas os jovens, embora constituam o futuro da agricultura familiar. Na verdade, trata-se de aproveitar dos jovens para atrair seus parentes e vizinhos nas dinâmicas de formação e organização. A assimetria de informação e capacidades é tão forte e exacerbada que é impossível reduzi-la apenas por meio da formação de jovens ou de dirigentes.

2. Funcionamento e impacto dos dispositivos estudados

2.1. As relações e estruturas de reciprocidade geram valores

Os dispositivos observados começam muitas vezes na informalidade, na escala de uma ou varias comunidades ou assentamentos vizinhos. Logo têm tendência a mobilizar a organização profissional local para institucionalizar o dispositivo: associação, cooperativa, STR. O curso Unicampo nasceu de uma demanda do STR de S° Antonio do Umbuzeiro, mas rapidamente os alunos criaram uma associação, assim como os alunos do curso de alternância de Unai criaram uma cooperativa no fim do ciclo. Os grupos de comercialização em Unai não progrediram na informalidade (baru e pequi) e se ampararam as associações comunitárias para o leite (e os tanques) ou a cooperativa de leite. Os agricultores das feiras agro-ecológicas ficaram ligados ao STR de Lagoa Seca antes de constituir sua própria associação.

Geralmente, a negociação de apoio público é realizada via movimento social regional híbrido: sociedade civil, Igreja, pólos sindicais, ONG's, universidades e redes territoriais de ação pública. Na maioria dos casos é o pólo sindical (Borborema) ou o fórum da rede territorial (Cariri e Unai) que assume essa intermediação.

As relações de reciprocidade binária (ajuda mútua, compartilhamento) estão presentes na maioria dos dispositivos, mas não são dadas. Muitas vezes, no caso de dispositivos que desde o seu inicio receberam incentivo externo (institucional ou políticas públicas) elas são até construídas ao logo do processo como nos cursos de alternância de Unai e da Unicampo.

As relações de reciprocidade simétrica alem de produzir valores materiais (gestão de um recurso) ou instrumentais (saber, informação) são aquelas que produzem também valores humanos afetivos ou éticos (Box 2).

Por exemplo, na ajuda mutua, na aprendizagem mutua, ou na relação educando-educador, estabelecem-se relações de reciprocidade binária simétrica (cara a cara) que geram sentimentos de amizade, de respeito.

Na estrutura de compartilhamento de experiências, de situações e de saberes, todos são iguais e dependem uns dos outros: o valor produzido é a confiança entre os membros do grupo.

Esses valores afetivos e éticos, a sua vez, contribuem para reproduzir os ciclos e manter as estruturas onde se desenvolvem (Temple, 2003). Assim tentei verificar a hipótese desses coletivos funcionarem também porque seus atores têm interesse nos valores éticos e afetivos gerados, no projeto social ligado ao projeto material ou instrumental...

Box 2: As principais estruturas de reciprocidade nos dispositivos estudados e os valores produzidos

Reciprocidade binária simétrica (cara a cara) produz respeito mutuo e amizade

- relação de ajuda mutua entre duas famílias
- relação educador/aluno em situação de paridade
- fazer ou aprender juntos → *respeito, amizade*

Reciprocidade binária assimétrica produz prestigio para o doador e obediência do menor

- relação educador/aluno em situação assimétrica

Relação de compartilhamento de recursos

- *ajuda mutua ou mutirão* → *confiança*
- *compartilhamento de recursos* → *confiança e justiça*

Estrutura de reciprocidade ternária

- *transmissão de recursos ou patrimônios* → *responsabilidade*
- *manejo de recursos comuns ou públicos* → *responsabilidade, justiça*

Estrutura ternária centralizada (redistribuição)

- *relação simétrica*: Estado democrático (justiça)
- *relação assimétrica ou alienada*: Político clientelista ou estado corrupto

Tais valores são indicados pelas testemunhas dos atores em termos de qualidade das relações sociais, em termos de obrigações sociais, mas, também de satisfação, de reconhecimento, de respeito, de alegria, de festa e de sentimento de pertencimento (identidade comum). São ao mesmo tempo produtos e motores dos ciclos de reciprocidade. Correspondem também ao projeto de sociedade, segundo que a prioridade é dada aos interesses materiais individuais ou coletivos ou então a qualidade dos laços sociais e do compartilhamento.

Se a relação é considerada mais importante que o serviço prestado, é porque os agricultores usuários lhe atribuem um valor humano e não apenas material. Esse valor humano é de natureza afetiva (amizade), ética (solidariedade e confiança) e é celebrado por marcas simbólicas (presentes mútuos, rituais e rezas compartilhadas), mas também pela festa (festas das sementes da paixão, dos grupos de agricultores-experimentadores, das feiras ecológicas, dos fins de cursos de Unicampo e Unai, etc).

A expressão do valor de confiança não aparece espontaneamente. Precisa fazer a pergunta da existência de abusos individuais, de desvios ou aproveitamentos privados de certos membros para que o valor de confiança seja expresso como evidente pela naturalidade das respostas « *não, temos confiança* » ou ao contrario « *pois é um problema do qual não gostamos de falar, mas que existe* ». De qualquer modo, se não existisse a geração de uma confiança mútua neste tipo de dispositivo, não existiria bens comuns ou propriedade comum. Agora quando tem confiança, todos reconhecem que ela não é dada a priori. Deve ser socialmente construída. Prova disto é que certos membros tinham dúvidas no início das iniciativas e formas implícitas de controle social se estabeleceram, às vezes, para verificar que a confiança sim é merecida. Em realidade, a confiança funciona no nível simbólico, pois ela permite a solidariedade que da ao grupo de compartilhamento, a força, a capacidade de se afirmar como unido e homogêneo face as agressões externas ou as tentativas de roubo. Ora, para se sentir fortes e unidos, como todos o desejam, e para mostrar essa força, ninguém tem interesse em duvidar do outro. A dúvida gera a suspeita que leva a perda do compartilhamento. Cada um sabe que pequenos abusos acontecem, existem sanções nos regulamentos, mas, em quanto fica nos limites razoáveis, o grupo prefere não oficializá-los.

Redução das assimetrias e aprendizagem da reciprocidade

A primeira aprendizagem que os atores locais apontam é a da parceria. Esta requer um reconhecimento do outro, dos outros, bem como a necessidade de desenvolver capacidades de ação conjunta e de coordenação mútua. Podemos nos perguntar se há reciprocidade nestas aprendizagens, nos casos do Estado e dos serviços públicos: seus funcionários não apresentam

a mesma sede ou vontade de conhecimento, muito menos a capacidade de imaginar que podem aprender entre pares e menos ainda junto a agricultores assentados.

Não é fácil tirar conclusões sobre as conseqüências em termos de modificação das relações locais de poder, tamanho é o contraste das situações, mas alguns elementos parecem irreduzíveis:

Primeiro, as tentativas de recuperação são naturais e, portanto, constantes. Existem tanto por parte dos políticos locais, dos serviços administrativos federais e estaduais, como também das organizações de agricultores e de seus dirigentes, embora disponham de menos poderes do que os serviços públicos.

Segundo, é difícil voltar atrás após uma experiência participativa, apesar das tentativas de mudança de rumo dos poderes públicos: basta citar os casos da cooperativa dos antigos alunos de Unaí, da associação de antigos alunos da Universidade Camponesa ou do programa de construção de cisternas da ASA na Paraíba.

Pode-se observar a constituição de uma memória cidadã, lá onde não parecia haver nenhuma memória política. Posturas críticas levam a uma evolução do voto local. Progressivamente, à medida que os eleitores rurais apresentam melhor formação, informação e conscientização, o voto adquire maior autonomia. Isto não influi diretamente no sucesso de um ou outro partido e sim nas qualidades cívicas dos candidatos eleitos.

Ainda que se trate de casos isolados em relação a todo o Brasil, há um lento e difícil processo de redução da dependência, um processo de conquista da autonomia e de aprendizagem da democracia (Tonneau *et al.*, 2004).

As experiências estudadas (os A-E, a Universidade Camponesa, o curso de alternância de Unaí, os bancos de sementes e os grupos de construção de cisternas) estão associadas a uma recuperação da dignidade dos agricultores, ou seja, a uma revalorização do estatuto dos camponeses pobres. Por exemplo, financiar sua parte da cisterna, mesmo se for uma contribuição simbólica, valorizar suas próprias sementes e vender produtos sadios contribui para esta valorização da auto-estima e da identidade do grupo.

Ainda é cedo demais para antever perspectivas com segurança. Todavia, é possível analisar os limites destas iniciativas em termos de metodologia e teoria.

Para existir, qualquer dinâmica de desenvolvimento exige um mínimo de quatro a cinco anos. Portanto, só é possível falar de sucesso do projeto quando os técnicos deixam os camponeses tomarem as rédeas. A este respeito, é essencial que, dentre daqueles que promoveram a Unicampo ao menos alguns se encarreguem de dar continuidade à experiência do Cariri. Este apoio passa por um acompanhamento dos projetos produtivos e educativos individuais ou locais e pela implantação de um novo ciclo, a partir da Escola Agrícola de Sumé.

A formação dos alunos da Unicampo para a pesquisa-ação aponta para o desafio de sua aplicação nas comunidades camponesas.

Coudel (2007) explica: *"Bem mais do que um tipo de formação para construir as competências de análise dos atores, a pesquisa-ação vai de encontro com os modelos de ação dos atores, introduzindo uma nova forma de considerar o conhecimento e sua criação, o que permite uma nova forma de interação entre atores. Isto é principalmente verdadeiro para os alunos que trabalham com os agricultores no cotidiano: estes não podem mais se apresentar como detentores de um saber 'universal' técnico. Sabem também que é preciso construir este conhecimento com o agricultor e a partir de sua própria prática"* (tradução livre).

Todavia, como são recolocados em questão os esquemas clássicos de transmissão que, em geral, fundamentam o poder das organizações, a adoção de uma prática de pesquisa-ação acarreta problemas para inserir os alunos nas organizações implantadas.

Coudel (2007) lembra que *"ou eles não são contratados, sendo identificados como perturbadores potenciais da ordem estabelecida; ou eles não possuem margem de ação necessária no âmbito da organização para 'dar vida' a esta nova metodologia, o que não raro traz frustrações. Isto revela os limites do empowerment individual, bem como a necessidade de considerar um processo diferente de formação: é preciso também alcançar as organizações do território"*. (tradução livre)

Podemos sempre temer o risco de dissolução da iniciativa pelos mecanismos de rejeição que as comunidades camponesas do Cariri podem desenvolver diante de novas tutelas, quer sejam de serviços públicos (Projeto Don Helder Camará do MDA) ou de movimentos sociais concorrentes (CONTAG e MST).

Entretanto, os camponeses beneficiados pelo ciclo Unicampo adquiriram três elementos de conhecimentos fundamentais durante a formação:

- eles descobriram a crítica marxista da exploração do sistema de troca capitalista;
- eles redescobriram suas raízes camponesas, recuperando uma identidade e dignidade coletiva regional;
- eles experimentaram, de forma prática e não teórica, a capacidade de multiplicação dos valores humanos éticos e afetivos por meio das relações de reciprocidade que, por sinal, são também aquelas da tradição de suas famílias e comunidades.

Porém, confrontados, por um lado, com as derivas, retrações, manipulações ou tentativas de instrumentalização de determinadas tutelas institucionais e financeiras do projeto e por outro, com as exigências legítimas de retorno formulado por suas comunidades, é natural que se sintam no mínimo em situação desconfortável. Entre a ameaça, por um lado, de rejeição do projeto pelas comunidades e pelos prefeitos do Cariri, e por outro lado, a falta de compromisso do MDA e da UFCG após dois anos de promessa, é possível compreender que os camponeses da Unicampo permaneçam discretos. Eles preferem não ter que presenciar novamente promessas gratuitas e menos ainda rechaços públicos; portanto, adotam uma estratégia de resistência tipicamente camponesa.

De fato, ainda lhes falta um dos componentes da interface entre sistemas: não são detentores do conhecimento de teoria da reciprocidade, já detido por alguns universitários. Enquanto não dominarem esta teoria e a explicação do quiproquó ou das contradições da articulação entre troca e reciprocidade, estes atores continuarão em posição de inferioridade, sujeitos às alienações de ambos os sistemas, sem deter a chave de leitura de sua diferença e especificidade.

2.2. Limites e dificuldades desses dispositivos

A maioria dos casos estudados corresponde à iniciativas recentes e semi-autônomas. Não tem a anterioridade e experiência acumulada dos sistemas de manejo de recursos naturais comuns, em particular quanto as capacidades de regulação para preservar relações de reciprocidade simétricas.

Por outra parte, precisam de apoio técnico, de acompanhamento e de formação, muitas vezes por terem nascido junto com intervenções institucionais externas as suas comunidades.

Os dispositivos em ambiente de reforma agrária, particularmente, mostram dificuldades para construir essa autonomia e auto-estima, para sair do assistencialismo. Devem afrontar uma pressão social negativa: os qualificativos de sem terra, assentado, meeiro continuam sendo estigmatizados, o que gera processos de autodesvalorização, mas também de ciúmes e rivalidades entre pares

Por outra parte, quando devem se associar as organizações formais da agricultura familiar, esses dispositivos arriscam ser vítimas ou contaminados pelo corporativismo ou o clientelismo que existem também no seio das organizações dos agricultores. Essas organizações profissionais não são ilhas na sociedade brasileira, imunes à esses mecanismos. Reproduzem muitas vezes o sistema dominante. Existem sempre esperanças de mudança com a renovação de dirigentes e líderes, mas até quando dura o efeito antes da recuperação?

Um dos traços desses comportamentos é precisamente a confusão entre bem público, privado e comum, introduzida e cultivada pela classe política no Brasil.

Um dos principais limites constatados é a dificuldade de realizar uma reprodução desses dispositivos. Três anos após o fim do ciclo experimental em Sumé, o projeto Don Helder Câmara do MDA não conseguiu montar um so dos sete projetos de Universidade camponesa no semi-árido nordestino ou também de conseguir uma mudança de escala. Os grupos de agricultores-experimentadores (A-E) da Borborema realizaram essa mudança para escala territorial, passando a trabalhar em rede entre 16 municípios em vez de 3, mas com uma perda na intensidade do acompanhamento, da sistematização e da difusão dos resultados. Os AE no assentamento de Unai permanecem como uma dinâmica de indivíduos relacionados pelo projeto de pesquisa - ação, embora os grupos de A-E conseguiram cooperar para adquirir equipamentos comuns. Uma ação coletiva de difusão dos resultados negociada por vários parceiros na escala no Conselho Municipal de Desenvolvimento de Unai constitui um esboço de mudança de escala. O projeto de reforma agrária do crédito fundiário imaginou substituir a assistência técnica por grupos de agricultores experimentadores com um financiamento de apoio durante dois anos. Até agora não se consolidou nenhum.

De fato, os casos de dispositivos coletivos bem sucedidos correspondem geralmente a construções sociais peculiares, costuradas no tempo, a partir de uma acumulação e continuidade de esforços endógenos e de capacidade de captar e valorizar apoios externos como o mostra o exemplo das feiras agro-ecológicas. Correspondem também a condições e experiências de parceria específicas ou privilegiadas entre os agricultores ou entre agricultores suas organizações e as estruturas de pesquisa - ensino- extensão, ao exemplo da Unicampo ou do Curso de alternância de Unai.

Finalmente, as dificuldades estão ligadas a uma falta de institucionalidade ou de estatutos jurídicos adaptados e amparados na lei para as comunidades e os grupos sem estatuto precisam de organização jurídica e de interface institucional (articulação).

2. 3. Apoio das políticas públicas

Um novo contexto para o Brasil

Desde 2003 o país se tornou um grande laboratório de experimentação de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Pode-se citar o caso do Ministério do desenvolvimento agrário MDA com a reforma da ATER, os programas “garantia safra, Seguro para agricultura familiar e Desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (Pronat-PDSTR). No ministério do meio ambiente MMA destacam-se, os Projetos Demonstrativos (PDA) e o Programa de Gestão ambiental rural(Gestar).A Secretaria nacional de economia solidaria , SENAES e o MDA tem avançado no Sistema Estadual de Comercio agrícola e solidário (Secafes) e na implementação do Sistema de comercio justo e solidário (Fórum Brasileiro da Economia Solidária, 2007). A experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) colaboração entre o MDS, o MDA e o MAPA - Conab foi amplamente aprovado pelos agricultores familiares.

Essa renovação das políticas públicas corresponde a uma mutação silenciosa cujos impactos ainda não foram bem avaliados. Pode-se ressaltar como inovações: a diversificação dos instrumentos e das modalidades do principal programa de apoio e crédito para a agricultura familiar o PRONAF, e dos instrumentos de regulação da produção (plano Safra, Seguro Safra, Programa de Aquisição de Alimentos); a tentativa de associar os usuários e a sociedade civil as decisões mediante as consultas publicas, os diagnósticos e planos participativos, o fortalecimento dos Conselhos e colegiados (capacitação, aprendizagem institucional). A colaboração entre ministérios setoriais, estados federados e sociedade civil é também relevante, por exemplo, no caso do PDA, Secafes, Projetos SEBRAE.

Houve também tentativas de coordenação entre ministérios e sociedade civil que, ate hoje, mal se concretizam ou foram frustradas ou outros que passam por dificuldades de ajustamento como em alguns dos Territórios da Cidadania.

Como captar esses instrumentos de política pública?

Três categorias de fatores favorecem a mobilização das políticas publicas pelos dispositivos coletivos dos agricultores.

Primeiro são essenciais a experiência e o capital acumulados por certas iniciativas por conta da anterioridade dos dispositivos comuns ou das políticas públicas. É o caso do controle ou da gestão direta desses recursos por organizações de produtores locais, por exemplo, o manejo recursos naturais: reservatórios de água, Bancos de Sementes Comunitários, fundos rotativos, PDA (MMA). Acontece também quando existem diversos apoios institucionalizados já validados como no caso das escolas e casas familiares que tem beneficiado de apoios da cooperação internacional, das igrejas e dos diferentes níveis de governo.

A segunda estratégia é criar instituições locais e fortalecer o capital humano (Coudel, 2009). Foi o caso da criação da Associação dos ex alunos da Unicampo, da Coopatec/Coopafi com os ex alunos do curso de Unai. Nos assentamento de Unai as associações dos P.A. de reforma agrária foram mobilizadas como gestores de bens comuns (tanques de leite, etc). A mobilização da institucionalidade local ou regional passa também pelo uso dos fóruns territoriais (municipais, regionais, estaduais) e das redes associadas a esses fóruns.

Em terceiro lugar vem a atualização ou criação de relações de reciprocidade mais simétricas. As relações *inter pares* podem ser adquiridas na ação comum ou coletiva de compartilhamento de recursos. As relações simétricas (cara a cara aprendiz-educador ou entre educandos com

saberes diversos) são construídas na aprendizagem conjunta: como no caso dos cursos de Unai e Unicampo ou dos grupos de agricultores experimentadores.

A cooperação multi-institucional e internacional permite estender relações de reciprocidade por meio das redes sociais (rede de AE, rede de feiras, tecendo a rede território Águas Emendadas, etc.) o que proporciona para os indivíduos como para o seu dispositivo uma autonomia relativa e uma diversificação das fontes de recursos e apoios.

O reconhecimento público: vantagens e riscos

Mesmo se o apoio externo existiu desde o início da experiência (cursos de Unai e Unicampo) o reconhecimento público não é dado. Deve ser construído. De fato certas iniciativas experiências bem sucedidas são midiaticizadas por nossas próprias instituições de pesquisa, extensão e ensino. Mas geralmente isto ocorre quando a experiência já está consolidada.

O interesse de instituições governamentais e não governamentais em se apropriar a idéia ajuda para o reconhecimento e até para o financiamento público, mas, é uma faca de dois gumes como foi experimentado no caso das cisternas de placas para captação de água de chuva: os modelos construídos pelas firmas privadas para os governos ou até pelas ONGs saíram bem mais caros que aqueles difundidos pelos agricultores da Bahia e de Sergipe no início da experiência. Os fundos rotativos para construção coletiva de cisternas, praticados desde os anos 1990 na Paraíba foram combatidos pelos políticos, mas também pelo governo federal mediante o programa 1 milhão de cisternas.

Os cursos de alternância como a Unicampo foram cotejados: muitas instituições queriam se apropriar e duplicar a experiência, poucos tem conseguido. Os grupos de bancos de sementes e as feiras, mesmo sendo apoiados por instituições governamentais ou não, não foram objeto de tanta recuperação.

Houve certa febre em multiplicar os grupos de agricultores experimentadores: Iapar, Unitins, ANA, ASA, MDA, Embrapa 2004, Crédito Fundiário, PDHC, Asbraer, Idam, Deputado Pedro Ivo do Paraná, etc. Quantas redes funcionam de maneira autônoma hoje: a o Tocantins e da Borborema ?

Reconhecer e apoiar os dispositivos dos agricultores não é promovê-los para substituir o Estado (por exemplo substituir serviços de ATER por Agricultores Experimentadores como é a tendência do Projeto Crédito Fundiário ou do Projeto Don Helder Câmara do MDA.

Redes e grupos de A-E são eficientes, mas exigem pelo contrario mais apoio e acompanhamento de parte dos centros de Pesquisa e Desenvolvimento para expressar potencial.

Uma alternativa interessante seria precisamente associar esses grupos ao novo sistema de ATER e de ATES do MDA. Porém até hoje o sistema de ATER misto (público /privado) passa por limitações: é difícil e laborioso o credenciamento de organizações de agricultores (sobre tudo na Ates) e elas passam por preconceitos de natureza política e técnica (por parte da rede sócio-técnica dos agrônomos nas instituições de ATER mais clássicas).

E uma pena porque teria muito a intercambiar e compartilhar: Fazer juntos (experimentar, divulgar) é bem diferente de ensinar a fazer...

Avanços e limites das políticas públicas

Entre os avanços dos instrumentos do MMA, pode se notar no caso do PDA e do Programa de ações de defesa contra as queimadas - Padeq, os contratos diretos com organizações de agricultores familiares e da sociedade civil.

No nível do MDA, vale notar o esforço no reconhecimento das sementes crioulas, apesar de que subsistam entraves para conseguir crédito bancário do Pronaf usando essas sementes e contradição como a normas do Mapa

No nível da Senaes, as normas de comercio justo e os Secafes constituem um avanço, mas permanece a falta de embasamento teórico das políticas de economia solidaria: não se reconhece o antagonismo de sistemas entre reciprocidade dentro dos EES e troca capitalista fora, no mercado nacional

Entre os sucessos, o PAA como política nacional de mercado institucional protege a produção familiar e camponesa da concorrência capitalista, promove qualidade dos produtos, e consegue reduzir custos de frete e de transação, o controle de qualidade sendo realizado pelo órgão público local comprador o consumidor. Ora bem sempre existem problemas de aplicação e a falta de fiscalização precisa ter cuidado com a intermediação realizada por certas ONG's ou prefeituras. A certificação de Grupo ou participativa vem acrescentar aos processos de qualificação dos produtos um meio de controle social que contribui para promover a geração da confiança nos dispositivos coletivos dos agricultores, pois o controle e a existência de possíveis sanções garantem a manutenção da confiança.

Quanto às dificuldades das políticas públicas, é no marco da reforma agrária – MDA (INCRA, PDHC) aparecem problemas ligados a burocracia na aplicação dos programas (ATES e Pronera), ao neo-corporativismo existindo dentro do INCRA como dentro de certos movimentos sociais e dificuldades de repasse de recursos via prefeituras muitas vezes inadimplentes com algum órgão estadual ou federal.

A autonomia das Superintendências Regionais (Incra, SEBRAE, Ibama) pode ser uma vantagem ou uma entrave segundo os estados e o fato da direção regional defender ou não certa ideologia ou certos interesses econômicos.

Observa-se uma persistência de comportamentos paternalistas nos órgãos de ATER que são controlados pelos executivos estaduais e, dada a sua distribuição na área rural, constituem uma rede privilegiada para expressão do clientelismo e do eleitoralismo. Muitas vezes, as novas entidades de ATER não governamentais ou privadas passam também a constituir mediadores ideológicos ou interessados; mas isto pode ser observado, também entre os dirigentes dos movimentos sociais como a Contag, a Fetraf ou o MST

Certos programas fortalecem vieses tecnológicos (crédito, Ater e até mesmo os Territórios rurais) e o poder de controle e instrumentalização da rede sócio-técnica dos “técnicos” (engenheiros, agrônomos, economistas, etc.).

3. Ensinaamentos e perspectivas

3.1. Que tipo de apoio público?

Os dispositivos estudados são na sua maioria recentes e, portanto ainda frágeis e dependentes de apoios condicionados. O caráter condicionado do apoio público deve ser associado também à deveres em termos de acompanhamento e avaliação daquilo que o MDA-SDT chama a “gestão social” (dos projetos e dos espaços participativos).

A melhor maneira de deslocar ou de superar esses limites é de fortalecer esses dispositivos institucionais. A necessária redução da assimetria de poder e de capacidade de decisão dos agricultores nos espaços de negociação dos projetos e das políticas públicas passa pelo fortalecimento das suas competências. Mas isto não significa apenas capacitação das lideranças (que podem a sua vez se tornar novos intermediários). Deve ter também capacitação das bases e sobre tudo transparência nos processos e decisões mediante o acesso a informação:

Entre as experiências bem sucedidas destacam-se os casos onde existe uma associação ou articulação no mesmo município ou território entre dispositivos de educação por alternância com controle dos agricultores e iniciativas de inovação (técnica ou institucional).

A educação de adultos no campo já vem se formalizando como uma metodologia específica e exige uma pedagogia adaptada: *Universidade camponesa, Cursos alternância, Efas, Cfrs*.

Em matéria de apoio aos dispositivos coletivos dos agricultores e geração de novas competências precisa associar gestão social e contratualidade (Favareto, 2008). Isto pode ser mediante apoios públicos negociados e contratuais, mas não é suficiente. Para contratualizar, o dispositivo coletivo precisa dispor de um estatuto jurídico adaptado: aquele da associação tem suas limitações e o da cooperativa é um verdadeiro via-cruz burocrático. Sem uma simplificação e adaptação dos estatutos é difícil potencializar essa forma original de articulação negociada e contratual entre ação pública do Estado e a ação coletiva dos agricultores.

Geralmente, as políticas ou estratégias contratuais supõem aplicar as normas burocráticas exigidas pela administração para garantir a transparência das operações financeiras, o que obriga as organizações a se submeter a uma lógica de funcionamento que lhes é alheia. Estes elementos constituem um processo de aprendizagem coletiva ou institucional considerável: aprendizagem de saberes, de posturas, de regras, de normas e também de valores: confiança, responsabilidade, justiça e equidade. Segundo a opinião dos agricultores animadores do Pólo Sindical da Borborema, estas exigências administrativas e burocráticas demandam muito tempo e recursos humanos. Eles calculam que se este tempo de trabalho fosse remunerado no valor do custo dos técnicos dos serviços públicos ou das ONG, só as despesas com pessoal já superariam de longe o montante total dos recursos recebidos pelas organizações de agricultores para administrar estes projetos. Melhor dizendo, o trabalho de gestão e administração dos agricultores em favor da coletividade local não é remunerado. E este é um exemplo que mostra que o reconhecimento e o apoio dos poderes públicos por si só podem se revelar insuficiente para garantir a continuidade e o funcionamento de tais dispositivos.

3.2. A necessidade de uma interface de sistemas

Existe uma necessidade de interface entre sistemas de reciprocidade (vigorando dentro dos dispositivos coletivo) e o sistema de troca mercantil operando no exterior dela e nos mercados de bens, serviços e de trabalho.

A primeira possibilidade de interface depende do próprio dispositivo se a comunidade local mantiver as suas regras e estruturas de reciprocidade (mutirão, controle social, etc). Por exemplo, no caso da comercialização dos produtos, o controle social da transação pelo produtor é possível no caso da venda direta (na unidade de produção ou no mercado do produtor) nas feiras de proximidade, ou mediante redes de economia solidaria. Além do controle social das cadeias curtas, a venda direta mediante o encontro direto e físico entre produtor e consumidor, cria ao lado da relação de troca, uma relação de reciprocidade binária simétrica de tipo “cara a cara”, privilegiando as relações humanas e gerando valores de respeito, amizade e confiança.

A segunda oportunidade depende das políticas públicas ou da legislação passarem a assumir este papel de interface de sistemas.

Trata-se primeiro de não acelerar a destruição das relações de reciprocidade promovendo apenas o “desenvolvimento” da troca mercantil por meio da redistribuição do Estado

Uma possibilidade é proteger territorialidades econômicas de reciprocidade (ou mistas) da concorrência capitalista mediante políticas públicas regulatórias. Pode ser mediante direitos a produzir: cotas, mercados reservados, etc. Pode ser também mediante processos de qualificação e certificação dos produtos. etc

As relações de reciprocidade simétrica geram valores éticos específicos; mas os valores éticos não resolvem tudo: precisa-se das competências técnicas e institucionais, de um quadro jurídico adaptado. Isto é essencial porque junto com a geração dos valores éticos e afetivos, contribui muito na mobilização e reprodução dos ciclos de cooperação

As interfaces de sistemas constituem o que Ploeg (2008) chama de mecanismos de conversão: a articulação reciprocidade/troca permite uma conversão de lógicas, de valores

A identificação, experimentação e validação de interfaces de sistemas exige pesquisa e experimentação em condições reais (tempo longo)

Uma alternativa de política pública?

Para o Estado, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegação de serviços ambientais por meio de uma política pública contratualizada. Para as organizações camponesas, este apoio é bem-vindo para fortalecer suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma. Tal política passa por todas as medidas de reconhecimento (jurídico, político e territorial) e de apoio (técnico, pedagógico, organizacional, institucional ou econômico) que visem garantir o reconhecimento, o funcionamento e a gestão destes dispositivos. Com tais estratégias, seria possível negociar interfaces positivas, superando os bloqueios e as paralisias costumeiras entre sistemas de reciprocidade e sistemas de troca.

Estas prestações são assumidas pelos agricultores por necessidade; mas, além de apoiar a produção, elas cuidam de outras funções de interesse coletivo: conservação da floresta, da biodiversidade e da água, segurança alimentar, produção de referências técnicas, etc.

Por outra parte, estas prestações dependem de estruturas e regras sociais de proximidade e de reciprocidade construídas ao longo do tempo. Assim, recuperar estas funções significa contribuir para a preservação ou para a modernização destas estruturas econômicas de reciprocidade e redistribuição (ajuda mútua, manejo compartilhado de recursos,...) e dos valores humanos éticos produzidos pelas relações de reciprocidade simétrica. Estes valores humanos de solidariedade, equidade, justiça e responsabilidade não são dados cultural ou socialmente. Sua manutenção e reprodução passam pelo reconhecimento do nome, do saber e do gesto dos atores locais, dos agricultores, dos artesãos e dos pescadores. Disto dependem seu ser social, seu estatuto e seu prestígio. Todavia, a mudança da natureza gratuita e voluntária destas funções pode acelerar seu desaparecimento. A mercantilização destas práticas poderia também levar a uma desagregação das estruturas sociais e econômicas de reciprocidade e de manejo compartilhado que as regulam, transformando a natureza de suas regras e valores. A este título, as experiências de recuperação das raízes culturais e técnicas dos agricultores, ou ainda de confrontação de seu saber-fazer com as técnicas e saberes científicos constituem apoios valiosos, como no caso da Universidade Camponesa e dos Agricultores-Experimentadores.

Uma estratégia deste tipo, que leva em conta a multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais a partir de dispositivos coletivos apresenta várias vantagens para os países do Sul:

Primeiramente, seu custo é reduzido em termos de recursos públicos, já que se trata essencialmente de confortar e apoiar práticas multifuncionais preexistentes.

Depois, um reconhecimento ou apoio público permite evitar o desaparecimento destas práticas multifuncionais, preservando as relações e estruturas econômicas de compartilhamento, de ajuda mútua ou de redistribuição que as mantêm, bem como os valores éticos de responsabilidade, confiança ou justiça que elas produzem.

Nos casos estudados, é raro que o apoio público se transforme em remuneração individual para os agricultores dos serviços que assumiam gratuitamente no passado. A remuneração, se existe, diz respeito ao dispositivo ou à estrutura coletiva, fortalecendo seu funcionamento ou sua reprodução.

Bem pelo contrário, a aplicação de um sistema de multifuncionalidade baseado na remuneração individual dos serviços associados à produção agrícola tende a monetarizar e mercantilizar prestações gratuitas que, por sinal, garantem a produção de valores humanos universais (Barthélémy e Nieddu, 2002). A mudança da natureza gratuita e voluntária destas funções pode acelerar seu desaparecimento (em particular quando uma remuneração deste tipo não seria mais garantida), ou levar simplesmente a uma desagregação das estruturas de reciprocidade que as garantiam, desnaturando suas regras e seus valores.

Conclusões

O estudo conduz a duas principais conclusões. Primeiramente, os dispositivos coletivos dos agricultores produzindo bens comuns e públicos analisados têm-se beneficiados de algum tipo de reconhecimento ou apoio público. Mas a maioria deve a sua permanência ou reprodução a capacidade dos agricultores e dos seus interlocutores em atualizar práticas de reciprocidade em novas estruturas, de maneira a proporcionar relações simétricas de reciprocidade.

Segundamente, essa reprodução das relações de reciprocidade no seio dos dispositivos coletivos sendo realizada, faz-se necessário um mecanismo de articulação capaz de superar o antagonismo entre sistema econômico de reciprocidade e sistema de troca.

Isto leva, portanto, a aprofundar e qualificar melhor a natureza das regras e dos princípios econômicos que presidem a cada categoria de prestações. Para tanto, propomos o uso, ao invés dos conceitos de mercantil e não-mercantil, daqueles de troca e reciprocidade que apontam uma diferença entre dois princípios econômicos de natureza diferente e de sua relação dialética.

Recorrer à oposição mercantil/não-mercantil induz um erro, com duras consequências: excluir a reciprocidade do mercado, quando a maioria dos mercados no mundo não-capitalista são mercados de reciprocidade.

Estes dispositivos coletivos oferecem uma alternativa original em termos de instrumentos de política de multifuncionalidade da agricultura para os países do Sul. Trata-se-ia de uma política fundamentada no reconhecimento dos dispositivos coletivos dos agricultores que cuidam da produção ou do manejo de bens comuns ou públicos.

Références

- Caille, A. 2008 Après la crise, retrouver le sens du don in *Médiapart*, 10/11/2008 - <http://www.mediapart.fr/journal/economie/economico>, acesso 10/11/08
- Caille A. 2005 Dé-penser l'économique, contre le fatalisme.Paris, La découverte, MAUSS, 310p.
- Caillé A., 1998. Don et Association, in: Une seule Solution : L'association. *La revue du MAUSS*, 11 (1), 1998 : 75-83.
- Caillé A., 2001 *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris, Desclée de Brouwer, 277p.
- Castoriadis C. 1996, La Montée de l'insignifiance , Paris, ed Le Seuil,
- Coudel, E ; Sabourin, E. 2005 Apprentissage et action collective au Nordeste du Brésil : l'Université Paysanne, Montpellier, Cirad - Inra, actes du projet Accolade, 35p.
- Coudel, E ; Sabourin, E. Tonneau, J.P., 2008 Vers la construction d'une Université Paysanne au Brésil : dynamiques et apprentissages d'une première expérience. In Aide à la décision, Hubert B & Turckheim C. (Eds), Versailles, Quae-Inra , no prelo
- Coudel E, Tonneau J.P., Rey, H. 2007 Quelles compétences et quels apprentissages pour faciliter l'insertion des acteurs locaux dans les dispositifs de gouvernance territoriale : L'exemple d'une recherche-accompagnement d'une université paysanne au Brésil, in Colloque ERSa, European Regional Science Association, 29-31 août 2007, Paris, 15p
- Favareto A. 2008 Três instantâneos sobre a gestão social do desenvolvimento territorial nos anos 2000 – apontamentos para um balanço in IIIº Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, Fortaleza-CE, 5 -7 de novembro de 2008.
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária 2007 Proposta de Instrução Normativa do Sistema de Comércio Justo e Solidário, 15 de maio de 2007
- Godbout J., 2000, *Le don, la dette et l'identité*, La Découverte/MAUSS, Paris,190p.
- Godbout J., 2004. De la continuité du don, *La Revue du MAUSS*, 23 (1): 224-241
- Godoi E. P. ; Menezes, M. A. ; Acevedo M. R. (org.) 2008, Diversidade do Campesinato: expressões e categorias São Paulo: UNESP Editora, Nead, v. 02. 385 p. (no prelo) Coleção História Social do Campesinato no Brasil, Tomo IV
- Groupe Polanyi (ed), 2008, *La multifonctionnalité de l'agriculture : une dialectique du marché et de l'identité*, Versailles, Quae Editions, 360p.
- Hess C. ; Ostrom, E. 2003 Ideas, artifacts and facilities : information as a common-pool resource in *Law and Contemporary Problems* V 66, N° 1 & 2 : 111-146 The Public Domain.
- Hess, C., Ostrom, E (eds) Understanding Knowledge as a Commons. From Theory to Practice. Cambridge, MA: MIT Press, 2007, 381 pp.

- Kahan, D. M. 2005 The Logic of Reciprocity: Trust, Collective Action, and Law In Herbert Gintis, Samuel Bowles, Robert Boyd, and Ernst Fehr, *Moral Sentiments and Material Interests: The Foundations of Cooperation in Economic Life*. Cambridge MA: MIT Press pp339-378
- Mormont M. 1996 Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 1996, 236 : 28-36.
- Mormont, M. 2000 Scientific communication and sustainable rural development: in *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-5 août 2000.
- OCDE The Production Relationships Underlying Multifunctionality. Paris, Ocede, 40p, 2000a. réf. [COM/AGR/APM/TD/WP(2000)3/PART2].
- OCDE Production, externality and public good aspects of multifunctionality: annexes. Paris, Ocede, 36 p. 2000b. réf. [COM/AGR/APM/TD/WP(2000)3/PART5].
- OECD, A synthesis of country reports on jointness between commodity and non-commodity outputs in OECD agriculture, Proceedings of the Workshop on multifunctionality, Paris 2-3 July 2001, Ocede, Paris.
- Ostrom, E. 2008, El Gobierno de los Bienes Comunes Desde el Punto de Vista de la Ciudadanía.” In *Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía*, ed. Silke Helfrich, pp 268–278. Mexico: Heinrich Böll Foundation.
- Ostrom, E. 2005a "Policies that Crowd out Reciprocity and Collective Action." In Herbert Gintis, Samuel Bowles, Robert Boyd, and Ernst Fehr, *Moral Sentiments and Material Interests: The Foundations of Cooperation in Economic Life*. Cambridge MA: MIT Press, 2005: 253-275
- Ostrom, E. 2005b Understanding Institutional Diversity, Princeton, Princeton University Press, 2005, 355p.
- Ostrom, E. 2003. Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation in E. Ostrom & Walker (ed.) *Trust and Reciprocity: Interdisciplinary Lessons for Experimental Research*, New York: Russell Sage Foundation, pp 19-78, Chapter 2
- Ostrom E. 1998. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review* 92:1-22.
- Ostrom V., Ostrom E., 1978. Public goods and public choices. In : *Alternatives for Delivering Public Service : Toward Improved Performance*. E.S. Savas (Ed.), Westview Press, Boulder, Colorado, pp 7-49.
- Petersen, P. 2006 Agroecologia em rede: fonte de inspirações para a inovação local, in *Agriculturas, experiências em agroecologia*, vol. 3, n° 2, 30-33, julho de 2006
- Ploeg J.D. Van der 2008, The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization. London, Sterling, Earthscan, 356p.
- Portes, A 1998, “Social capital ; Its Origins and Applications in Modern Sociology”, in *Annual Reviews of Sociology* Vol. 24, pp 1-24.
- Sabourin, E. 2006a Consequências metodológicas e epistemológicas do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, in *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v.13, n 2 : 161-189
- Sabourin, E 2006b Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in A diversidade agricultura familiar, Schneider Sergio (org.) Editora da UFRGS, Porto Alegre, serie Estudos Rurais, 108 -132
- Sabourin E 2006c “Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido”, in *Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*, Sabourin E (Org) *Cadernos do CEAM*, 23, Brasília, UnB, pp 51-93
- Sabourin E, Hocde H, Tonneau JP, Sidersky. P 2006 Production d’innovations et interactions agronomes/agriculteurs dans l’Agreste de la Paraíba, Brésil. In « Agronomes et Innovation », Paris, L’Harmattan, *Cahiers de l’Académie d’Agriculture*.

- Sabourin, E. 2009 Paysans du Brésil entre échange marchand et réciprocité, paris, Quae , 240p. Edição brasileira Camponeses do Brasil : entre troca mercantil e reciprocidade, Rio de Janeiro, Garamond, 400p (no prelo)
- Sabourin E. 2007b, Les débats de politique agricole et de développement rural dans le Brésil de Lula, in *Lusotopie* n° XIV-2 : 61-85,
- Sabourin E. 2008a, Agrarian Reform in Brazil: a series of missed appointments between social movements and state policies, in XII World Congress of Rural Sociology, Goyang, Korea - July 6th –11th, WG 23:
- Sabourin, E. 2008b. Ressources communes et multifonctionnalité au Nordeste du Brésil, in Groupe Polanyi (ed), *La multifonctionnalité de l'agriculture : une dialectique entre marché et identité*, Versailles, Quae Editions, 360p.
- Temple D., 2003. *Teoria de la Reciprocidad*, Tomo I: La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos. 240p *tomo II : La economía de reciprocidad*, pp. 376-392, PADEP-GTZ , La Paz, Bolivia versión française “Le Marché de réciprocité” in <http://dominique.temple.chez.alice.fr/> accès 30/03/2004
- Temple, D. 2003b. Séminaire Cauris sur la qualité agroalimentaire, <http://afrique.cauris.free.fr/> accès le 20/06/2003